



Contraceptivos na escola a partir do próximo ano

Alunos obterão preservativos ou pílulas no Gabinete de Informação e Apoio

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

O PS aprovou ontem as alterações à Lei de Educação Sexual nas escolas e foi acusado de recuo pelo PCP e BE na distribuição gratuita dos anticoncepcionais. Fica garantido que os pais serão informados sobre os processos dos filhos.

“O Gabinete de Informação e Apoio articulado com as unidades de de saúde, assegura aos alunos o acesso aos meios contraceptivos adequados”. Foi esta a versão apresentada pelo PS na comissão parlamentar à Lei da Educação Sexual em meio escolar que gerou polémica, mas que se tornou definitiva ao ser aprovada pelo PS, com o voto contra de toda a Oposição.

Os gabinetes deverão começar a funcionar nas escolas apenas no ano lectivo 2010-11.

Pedro Duarte, do PSD criticou “a ambiguidade” da frase, o que vai dar azo a enormes dificuldades de interpretação”, realçou. Cada escola acabará por decidir como fará. Já o CDS, e o deputado não-inscrito, João Paulo Carvalho, contestaram que a escola faça o papel que cabe em exclusivo aos técnicos de saúde. Sublinhando Abel Baptista, do CDS, que não se trata apenas do acesso a preservativos, mas a outros métodos, de carga hormonal, por exemplo, a pílula anticoncepcional ou a abortiva - pílula do dia seguinte.



L. PAULO COUTINHO / ARQUIVO JN

Os encarregados de educação serão informados sempre que houver recurso aos “gabinetes de sexualidade”

Parlamento encurta regulamentação para educação sexual avançar em 2009

■ Horários e Internet

Os gabinetes funcionarão uma manhã e uma tarde por semana e devem ter um espaço na Internet com respostas às dúvidas mais comuns sobre educação sexual.

■ Para entrar em vigor já

Os deputados encurtaram de 120 para 60 dias o período dado ao Governo para regulamentar a Lei,

de modo a que possa entrar em vigor já no próximo ano lectivo. Embora os gabinetes só abram no ano lectivo seguinte (2010-11).

■ O dia de todas as questões

PS e PCP aprovaram que cada escola deve dedicar em cada ano lectivo, um dia à educação sexual. Restantes partidos e os dois deputados não-inscritos discordaram.

Para PCP e BE, houve um recuo do PS quanto à redacção inicial que previa “no ensino secundário, a distribuição gratuita de métodos contraceptivos não sujeitos a prescrição médica, existentes nas unidades de saúde”.

Controversa à Esquerda e saudada à Direita foi a decisão do PS de que “os encarregados de educação e respectivas estruturas representativas são informados de todas as actividades curriculares e não curriculares desenvolvidas no âmbito da educação sexual”. ■



EDUCAÇÃO PÁGINA 11

**Contraceptivos
nas escolas a partir
do ano lectivo
de 2010/2011**